



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

167  
70

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0217645-4

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Oreni Alves Bezerra

APELADA (S): Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSA COMPANHEIRA. HABILITAÇÃO COMO BENEFICIÁRIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Cuidando-se de ação contra a Fazenda Pública (no caso, contra uma autarquia estadual, a FUNAPE), incide, na hipótese, o disposto no art. 1º, do Decreto Federal nº 20.910, de 06.01.1932, que estabelece o prazo de 05 (cinco) anos, para a propositura da ação, sob pena de prescrição. 2. O fato gerador do direito postulado – o reconhecimento da condição de beneficiário junto à Previdência Estadual – é o falecimento do ex-servidor, que ocorreu em novembro de 1972. 3. É fora de dúvida que, em 1974, a administração reconhecia como pensionistas apenas a viúva civil do ex-segurado, Sra. Leila Jaguaribe Lins (desde 1973) e a filha do mesmo com a autora/apelante. 4. Nesse contexto, a pretensa companheira/apelante teria que pleitear o seu reconhecimento como pensionista até novembro de 1977 (tomando o termo *a quo* do prazo prescricional o evento morte). 5. Ademais, mesmo *ad argumentandum tantum*, tem-se que o ato que deferiu a pensão aos demais beneficiários é concreto, e denegatório – ainda que de modo implícito – da existência de eventual direito em favor da apelante. 6. Por outro lado, verifica-se, à vista da documentação acostada aos autos, que a autora/apelante somente veio a formular o requerimento administrativo para a percepção do benefício de pensão por morte a que alega fazer jus, em 1996 (sendo o mesmo indeferido pelo Parecer nº 500/96), e a ajuizar a ação em lume apenas em 09 de abril de 2003. 7. Ou seja, no caso em apreço, há um lapso temporal de mais de vinte e três anos entre a data do óbito do ex-segurado (*dies a quo*) e a data da formulação do requerimento administrativo do benefício em tela e/ou da propositura da ação, restando evidentemente consumada a prescrição de que trata o art.1º do Decreto Federal nº 20.910/32. 8. Resta pacificado o entendimento jurisprudencial no sentido de que o evento *morte* deflagra o curso do prazo prescricional quinquenal para a pretensão do reconhecimento do *direito* ao *status* de *pensionista*, o qual, uma vez transcorrido *in albis*, alcança o próprio *fundo do direito*. (AgRg no REsp 1170725/MG, AgRg no REsp 1160150/RS). 9. No caso, bem é de ver que a pretensão administrativa formulada em 1996 já não mais detinha aptidão para *interromper* a fluência da prescrição, pois esta àquela altura *já se havia consumado*. 10. Apelo improvido em ordem a manter o decreto extintivo do feito, com resolução de mérito, exarado em primeiro grau, porém adotando fundamentação distinta, qual seja o reconhecimento da prescrição do fundo do direito.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

168  
A

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0217645-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de Junho de 2014 (data do julgamento).

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0217645-4**

**COMARCA: Recife**

**APELANTE (S): Oreni Alves Bezerra**

**APELADA (S): Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que, nos autos da Ação Ordinária nº 0009950-80.2003.8.17.0001, julgou improcedente o pedido da autora, ora apelante, nos termos abaixo transcritos:

*"(...) De fato, a Lei 1.570/1952, estabelecia, em seu art. 18, I, aliena b, que a companheira seria considerada beneficiária, desde que estivesse previamente inscrita no então IPSEP.*

*Não restou provado que a autora fosse previamente inscrita, como, era requisito da norma que regia a concessão do benefício, à época do falecimento do segurado e já está pacificado na jurisprudência que, para concessão de pensão por morte, a lei a ser aplicada é aquela vigente à época do óbito do instituidor.*

*Desta forma, julgo improcedente o pedido formulado na inicial."*

Na ação em tela, pleiteia a autora/apelante, a percepção do benefício de pensão por morte de seu ex-companheiro e ex-segurado da FUNAPE, Lourival Gouveia Lins, falecido em 16.11.1972 (fl.10), na quota percentual de 50% (cinquenta por cento) dos seus proventos, cuja percepção foi deferida à viúva civil do mesmo, Sra. Leila Jaguaribe Lins (fls. 24/25 e 27).

Sustenta ter convivido maritalmente com o *de cujus* durante 20 (vinte) anos, resultando dessa união o nascimento de 01 (uma) filha, atualmente maior e capaz, na forma da lei (fls. 24/25), e bem assim que vivia sob sua dependência econômica, com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento, razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

Em sede administrativa, a FUNAPE indeferiu o pleito de pensionamento em foco (Parecer nº 0505/96 - fls.28/29 e Parecer 500/02 - fls. 35/36) sob o fundamento de falta de amparo legal, eis que à data do óbito do ex-segurado (em 16.11.1972), só era admitida como companheira aquela que estivesse previamente inscrita no IPSEP como beneficiária do ex-segurado, nos termos constantes do art. 18, I, alínea "b" da Lei nº 1.570, de 04.12.1952, não sendo esta a hipótese dos autos.

Nesta sede recursal (fls.119/130), reitera a autora/apelante os termos da exordial e argúi, em suma, que: (i) o *de cujus* se encontrava separado de fato de sua viúva civil quando da sua morte; (ii) dependia economicamente do seu falecido companheiro, que

1612



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

prometia nunca deixá-la desamparada; (iii) a sua convivência com o ex-servidor tinha como principal objetivo a constituição de uma família, tratando-se, de acordo com as provas acostadas aos autos, de relação jurídica denominada união estável, cuja previsão legal está no art. 226, §3º, da CF/88, sendo regulamentada pela Lei nº 9.278/96; requerendo, ao final, (iv) a implantação imediata do benefício pleiteado, por se tratar de matéria de caráter alimentar, e a condenação da FUNAPE ao pagamento dos honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Em suas contra-razões (fls.133/138) sustenta a FUNAPE, em síntese: (i) a prescrição do fundo do direito, eis que o óbito do ex-segurado ocorreu em 1972 e a autora/apelante somente veio a ajuizar a ação em lume em 2003, mais de 30 anos após o fato; (ii) a inexistência do direito da autora/apelante por falta de amparo legal, eis que à data do óbito do ex-segurado (em 16.11.1972), encontrava-se vigente a Lei nº 1.570, de 04.12.1952, a qual estabelecia, nos termos do art. 18, I, alínea "b", que só era admitida como companheira aquela que estivesse previamente inscrita no IPSEP como beneficiária do ex-segurado, o que não ocorreu no caso da requerente; (iii) a ausência de documentos indispensáveis à percepção do benefício de pensão por morte, eis que não restaria comprovada a convivência/coabitação marital entre o casal, sendo certo, ainda, que o óbito do ex-segurado ocorreu na constância de seu casamento civil com a Sra. Leila Jaguaribe Lins; (iv) a inexistência de união estável entre a apelante e o ex-segurado, eis que o mesmo era casado e mantinha com ela um concubinato impuro; (v) que a requerente afirma na exordial ter conhecimento do estado civil do *de cujus*, cuja viúva civil era beneficiária da pleiteada pensão por morte; pugnando, ao final, (vi) pela manutenção da sentença vergastada pelos seus próprios fundamentos.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.152/157) no sentido de que *"é possível ser deferido à apelante o direito a metade do pensionamento previdenciário, motivo pelo qual opino pelo conhecimento e provimento do apelo"*.

É o relatório.

**À douta revisão, para oportuna inclusão em pauta.**

Recife, 26 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

169  
20

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0217645-4

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Oreni Alves Bezerra

APELADA (S): Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Conforme antedito, pleiteia a autora/apelante a percepção do benefício de pensão por morte de seu ex-companheiro e ex-segurado da FUNAPE, Lourival Gouveia Lins, falecido em 16.11.1972 (fl.10), na quota percentual de 50% (cinquenta por cento) dos seus proventos, cuja percepção foi deferida à viúva civil do mesmo, Sra. Leila Jaguaribe Lins (fls.24/25 e 27).

Em sede administrativa, a FUNAPE indeferiu o pleito de pensionamento em foco (Parecer nº 0505/96 - fls.28/29 e Parecer 500/02 - fls. 35/36) sob o fundamento de falta de amparo legal, eis que, à data do óbito do ex-segurado (em 16.11.1972), só era admitida como companheira aquela que estivesse previamente inscrita no IPSEP como beneficiária do ex-segurado, nos termos constantes do art. 18, I, alínea "b" da Lei nº 1.570, de 04.12.1952, não sendo esta a hipótese dos autos.

Pois bem.

Cuidando-se de ação contra a Fazenda Pública (no caso, contra uma autarquia estadual, a FUNAPE), incide, na hipótese, o disposto no art. 1º, do Decreto Federal nº 20.910, de 06.01.1932, que estabelece o prazo de 05 (cinco) anos, para a propositura da ação, sob pena de prescrição.

O fato gerador do direito postulado – o reconhecimento da condição de beneficiário junto à Previdência Estadual – é o falecimento do ex-servidor, que ocorreu em novembro de 1972.

Após o falecimento do ex-segurado (em 16.11.1972), a autora/apelante requereu, perante a Previdência Estadual (então, IPSEP), na qualidade de genitora da menor Ana Maria, a percepção do benefício de pensão por morte do *de cujus* (já deferida à sua viúva civil, Sra. Leila Jaguaribe Lins, em 1973), em favor da filha do casal, a qual veio a ser deferida em 09.07.1974 (Cf. Parecer P 470/74 - fls. 24/25).

Logo, é fora de dúvida que, em 1974, a administração reconhecia como pensionistas apenas a viúva civil do ex-segurado, Sra. Leila Jaguaribe Lins (desde 1973) e a filha do mesmo com a autora/apelante (fls. 24/27).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Nesse contexto, penso que a pretensa companheira/apelante teria que pleitear o seu reconhecimento como pensionista até novembro de 1977 (tomando o termo *a quo* do prazo prescricional o evento morte).

Ademais, mesmo *ad argumentandum tantum*, tem-se que o ato que deferiu a pensão aos demais beneficiários é concreto, e denegatório - ainda que de modo implícito - da existência de eventual direito em favor da ora apelante.

Por outro lado, verifico, à vista da documentação acostada aos autos, que a autora/apelante somente veio a formular o requerimento administrativo para a percepção do benefício de pensão por morte a que alega fazer jus, em **1996** (sendo o mesmo indeferido pelo Parecer nº 500/96 - fls.28/29), e a ajuizar a ação em lume apenas em **09 de abril de 2003**.

Ou seja, no caso em apreço, há um lapso temporal de mais de **vinte e três anos** entre a data do óbito do ex-segurado (*dies a quo*) e a data da formulação do requerimento administrativo do benefício em tela e/ou da propositura da ação, restando evidentemente consumada a prescrição de que trata o Decreto Federal nº 20.910/32, cujo art.1º estipula:

*“As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for sua natureza, prescreve em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”.*

Deveras, penso restar pacificado o entendimento jurisprudencial no sentido de que o evento *morte* deflagra o curso do prazo prescricional quinquenal para a pretensão do reconhecimento do direito ao status de pensionista, o qual, uma vez transcorrido *in albis*, alcança o próprio *fundo do direito*.

Nesse sentido:

**“AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA. DESNECESSIDADE. EFEITOS INFRINGENTES. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

**I - É lícito ao relator, em sede de agravo regimental, exercer o juízo de retratação, sem oitiva prévia da parte contrária. Aplicação dos artigos 545 e 557, § 1º, do Código de Processo Civil e 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.**

**II - A orientação jurisprudencial firmada neste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que deve ser reconhecida a prescrição do fundo de direito ao recebimento de pensão por morte nos casos em que a demanda é proposta depois de cinco anos do óbito do instituidor.**

**III - Agravo interno desprovido.**

(AgRg no REsp 1170725/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 23/09/2011)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO FUNDO DIREITO. DECRETO Nº 20.910/1932.*

*1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão atacada.*

*2. Segundo a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, nas ações propostas visando ao direito de pensão por morte, decorridos mais de cinco anos do óbito do instituidor do benefício, é de ser reconhecida a prescrição do próprio fundo de direito.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no REsp 1160150/RS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 26/10/2011)".*

No caso, bem é de ver que a pretensão administrativa formulada em 1996 já não mais detinha aptidão para interromper a fluência da prescrição, pois esta àquela altura já se havia consumado.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso de apelação, em ordem a manter o decreto extintivo do feito, com resolução de mérito, exarado em primeiro grau, porém adotando fundamentação distinta, qual seja o reconhecimento da prescrição do fundo do direito.

Recife, 18 de junho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



172

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Apelação Cível nº 0217645-4**

**Apelante:** Oreni Alves Bezerra.

**Advogado:** Patrícia Carla da Costa Lira.

**Apelado:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

**Procuradora:** Luciana Roffé de Vasconcelos.

**REVISOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

**VOTO DE REVISÃO**

No presente caso, constato que a pretensão veiculada encontra-se fulminada pela prescrição.

Analizando o que consta dos autos, verifico que a presente ação somente foi ajuizada em 09/04/2003, é dizer, após 07 (sete) anos do indeferimento do requerimento administrativo, que se deu em 1996.

Inaplicável, na espécie, o disposto na Súmula 85 do STJ, vez que a pretensão veiculada com a presente ação é o reconhecimento do direito invocado, ou seja, a percepção de pensão por morte.

Não se trata, portanto, de obrigação de trato sucessivo tendo em vista que o próprio direito não existe na medida em que foi negado administrativamente. É dizer: o ato administrativo atingiu o próprio fundo de direito, gerador das prestações mensais e não apenas as parcelas eventualmente devidas. Desse modo, a prescrição alcança o todo, ou seja, o direito ao benefício não mais existe, pela inércia da autora.

Isso porque, quando a ação visa a configurar ou restabelecer uma situação jurídica, cabe ao requerente reclamá-la dentro do quinquênio seguinte, sob pena de ver o seu direito prescrito, consoante estipulado no art. 1º do Decreto nº 20.910 /32.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça uniformizou seu entendimento, no sentido de que ocorre a prescrição do próprio fundo de direito quando a ação visa configurar ou restabelecer uma situação jurídica, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE.





173  
P

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*PAGAMENTO DE APENAS 50%. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO. I - Consoante entendimento desta Corte, quando a ação visa a configurar ou restabelecer uma situação jurídica, cabe ao servidor reclamá-la dentro do quinquênio seguinte, sob pena de ver o seu direito prescrito, consoante estipulado no art. 1º do Decreto nº 20.910 /32. Precedentes. II - Na presente hipótese, a ora agravante entrou com ação ordinária apenas em 2002 para impugnar o desconto efetuado na pensão que lhe foi concedida em 1995, nos termos da Lei nº 11.406 de 1994. Assim, restou o pleito formulado há mais de 5 (cinco) anos após a entrada em vigor do citado diploma legal, quando já se encontrava prescrito o fundo do direito. III - Agravo interno desprovido.<sup>1</sup>*

*PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. DECRETO Nº 20.910 /32. O que pretende a autora é a obtenção de pensão temporária, enquanto mantidas as condições previstas no artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373 /58. O eventual direito da recorrida derivaria do óbito de seu pai que ocorrera em 1963, sendo este o marco inicial do curso prescricional da pretensão à vantagem guerreada, de modo que, proposta a ação em novembro de 1999, exsurge a prescrição do próprio fundo de direito vindicado. Precedentes. Recurso provido.<sup>2</sup>*

Desta feita, inaplicável à espécie a Súmula 85, do STJ, pois esta trata, conforme aduzido acima, da prescrição das prestações decorrentes de relações jurídicas de trato sucessivo, quando já existentes no momento do reconhecimento do direito à pensão, o que não ocorreu no caso.

Diante do exposto, voto pela manutenção da sentença recorrida, ainda que por fundamento diverso, qual seja, pelo reconhecimento da prescrição do fundo do direito.

É como voto.

Recife, 18/06/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Desembargador**

<sup>1</sup> STJ, 5ª Turma, AgR-REsp n. 758.009/MG, Relator Min. Gilson Dipp, julgado em 06/10/2005, DJ 24/10/2005.

<sup>2</sup> STJ, 5ª Turma, REsp n. 613.201-RJ, Relator Min. José Arnaldo da Fonseca, julgado em 04/08/2005, DJ 05/09/2005.